

POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 1º ANO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE IMPERATRIZ

Beatriz Conceição Silva Moura¹

Jussara Lopes Cruz²

Ilma Maria de Oliveira Silva³

RESUMO

O objetivo deste estudo foi examinar como o livro didático de História do 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental representa os povos indígenas. O livro analisado tem por título Bem-me-quer Mais História - 1º ano, escrito pelas autoras: Márcia Cristina Hipólide e Mirian Gaspar, publicado em 2021, com vigência de 2023 a 2026. Com o objetivo de compreender a concepção dos professores em relação as histórias e culturas indígenas entrevistou-se uma professora de 1º ano da rede municipal de Imperatriz que usa o livro como recurso pedagógico em sala de aula. Assim, utilizou-se a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Buscamos conhecer a percepção da professora sobre o conteúdo do livro e sua experiência e formação docente em relação aos povos indígenas. A pesquisa se justifica pela preocupação com a forma como os povos indígenas são representados nos livros didáticos e pela busca de esclarecimentos sobre como o conteúdo é abordado em sala de aula. A metodologia adotada foi a qualitativa, pois permite que o pesquisador se envolva com o ambiente investigado e tenha contato direto e prolongado com ele, a mesma surgiu de um relato de experiência de estágio supervisionado. O referencial teórico incluiu os autores Chartier (1998), Grupioni (1995) e Bittencourt (2002), além da análise da lei que fundamenta o estudo dos povos indígenas, 11.645/2008. Os resultados da pesquisa mostraram que apesar dos povos indígenas terem conquistado seu espaço, ainda que a passos lentos, no entanto, ainda são retratados de forma genérica no livro didático, e que precisam de mais visibilidade e reconhecimento.

Palavras-chave: Povos Originários, Livro Didático; Representação e Cultura.

INTRODUÇÃO

A temática sobre os povos indígenas, ao longo dos últimos cinco séculos, não foi prioridade dos livros didáticos, no sentido de apresentá-los como protagonistas e sujeitos de

¹ Graduanda de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL beatrizsilva.20200001382@uemasul.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5051-0311>;

² Graduanda de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, jussaracruz.20200001319@Uemasul.edu.br.

³ Professora Orientadora: Doutora em História, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, ilmamsilvao@gmail.com.

suas histórias. Recentemente, percebe-se a preocupação na representatividade desses povos nos livros didáticos, a partir da obrigatoriedade que impõe a Lei nº11.645/2008, que determina a inclusão do ensino de História e Cultura Indígena no currículo da Educação Básica Nacional, pública e privada.

Apesar da Lei 11.645/2008, ser fruto de lutas do movimento indígena, que tem como intuito mudar conceitos equivocados a respeito dos povos originários, ainda há uma imagem preconceituosa ligada ao senso comum em relação ao ensino de História sobre povos indígenas. É comum ouvir nas escolas, e em outros espaços, a maneira que se referem a esses povos de forma generalizada, utilizando a categoria “índio”, com uma única cultura, língua e história.

Assim, a pesquisa busca analisar a representação indígena no livro didático de história do 1º ano em Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tivemos como objetivo identificar a representação dos povos indígenas no livro didático e relatar a percepção da professora acerca do seu conhecimento sobre os povos indígenas.

Considerando o problema de pesquisa aqui formulado, optamos pelo enfoque fenomenológico porque segundo Triviños (1987, p.43) “a fenomenologia é o estudo das essências e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção e a essência da consciência”.

Quanto à abordagem optamos pela qualitativa. Esta abordagem permite o envolvimento do pesquisador com o ambiente da pesquisa, de acordo com Bogdan e Biklen (1982), a abordagem qualitativa promove o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente que está sendo investigado. Realizamos uma entrevista semiestruturada, segundo Szymanski (2004), esse tipo de entrevista ajuda a destacar aspectos que auxiliam na construção de significados da narrativa.

Esta pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de Imperatriz, por intermédio do estágio supervisionado, tendo como participante entrevistada, uma professora de 1º ano em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do componente curricular de História, a mesma teve a garantia de não ter sua identidade revelada. A referida professora concluiu o magistério em 1990, formou-se em Pedagogia em 2011, tendo 27 anos de atuação em sala de aula.

A pesquisa organizou-se em três tópicos. No primeiro, foi realizada uma discussão sobre a historicidade do livro didático como forma de contextualizar a pesquisa. No segundo, foi identificado se há representação dos povos indígenas no livro de história do 1º ano dos Anos Iniciais e no terceiro tópico, foi relatado a percepção da professora em sala do 1º ano sobre o

seu conhecimento acerca dos povos indígenas, a mesma teve sua identidade preservada, em razão disso, adotamos o codinome Maria.

Por último, concluímos com um apanhado sobre a pesquisa e mostrando os resultados, se há representatividade dos povos indígenas no livro didático ou se há exclusão dos mesmos.

O LIVRO DIDÁTICO: fragmentos de sua história

Alguns autores indicam que o livro didático tenha surgido no século XIX com a intenção de complementar os ensinamentos bíblicos, até então o único livro aceito pelas comunidades e escolas, só depois de 1847, começaram a assumir o papel de grande importância na aprendizagem dos alunos, no entanto, os livros didáticos ainda eram utilizados como um complemento dos ensinamentos bíblicos (OLIVEIRA, 1997).

Em 1929, começaram a surgir no Brasil os livros didáticos devido a criação do Instituto Nacional do Livro Didático (INL), com o objetivo de legitimar seu uso no país. Porém, apesar dos livros terem sua produção no ano de 1929, somente em 1934 no então governo de Getúlio Vargas que o instituto priorizou o dicionário nacional e uma enciclopédia, como consequência, houve o aumento de bibliotecas públicas. Em 1938, foi criado um decreto pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com o objetivo de fiscalizar a elaboração do livro didático, portanto, o governo começou a ter controle das informações que circulavam em sala de aula.

Apesar de alguns avanços na elaboração do livro didático, foi necessário um período de 67 anos, de 1929 a 1996. Somente em 1997, com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e a transferência do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), houve progressos significativos, que de fato se iniciou a produção e distribuição dos livros didáticos. No entanto, neste período de quase 70 anos houve a ditadura militar (1964 - 1985), representando um retrocesso no país, principalmente, no campo educacional. De tal modo, que Bezerra e Luca (2006, p.30) advertem:

Em 1966, sob a égide da ditadura militar foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), cuja função era coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático. Para assegurar recursos governamentais, contou-se com o financiamento proveniente do acordo MEC – USAID (United States Agency for International Development). O aporte de recursos públicos garantiu a continuidade do livro didático que, a partir de então, ocupou lugar relevante nas preocupações do Estado brasileiro que, mais uma vez, pretendia ter o controle sobre o que e como se ensinava.

Ou seja, a censura marcada pelo período ditatorial contribuiu para a falta de liberdade nos livros didáticos, tornando-o como instrumento de repressão por parte do Estado. Somente no final da década de 80 e início dos anos 90, que se começa de fato, a renovação dos livros didáticos, como cita Gatti Júnior (2004, p. 106):

Possibilita a melhoria do padrão estético dos mesmos. O uso das cores é uma marca dos livros destinados ao ensino fundamental, em que existem mais ilustrações, boxes e outros recursos de edição e formatação do texto. Os livros destinados ao ensino médio eram à época mais despojados que os primeiros. Neles, o privilégio sempre esteve no texto escrito e não nos filigranas e ilustrações.

A partir deste disto, percebe-se o quanto a história não é linear e no decorrer de um processo histórico ocorrem contradições, sejam elas para benefício da população ou para o Estado, que muitas vezes usa de seu poder para controlar as pessoas. Tal controle se dá por meio de como se conduz a educação de um país, se dando por meio dos livros didáticos como Chartier (1998) nos indica ao afirmar que o estudo não pode se limitar somente ao livro, por conta das interferências que os editores têm acerca da verdade.

Assim, o livro didático, sendo um recurso indispensável na sala de aula, deve servir como uma fonte de conhecimento para o aluno. No entanto, em algumas ocasiões, devido à interferência do Estado, pode se tornar um instrumento de controle da população e, conseqüentemente, silenciar várias lutas sociais.

O SILENCIAMENTO SOCIAL DA TEMÁTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO

O termo silenciamento tem em sua definição o ato ou efeito de silenciar. Essa situação afeta indivíduos com uma identidade que historicamente tem sido silenciada. Ela não se manifesta de maneira explícita, mas de forma sutil, endossada por uma instituição de autoridade reconhecida pela sociedade. Neste silenciar, temos o livro didático que como indica Puelles Benítez (1997, p. 47), pode:

Ser considerado como uma ferramenta de trabalho de caráter pedagógico e didático, útil para a transmissão de conhecimentos e para a formação da personalidade; mas, precisamente por revestir esta condição, esteve invariavelmente na mira dos poderes públicos, interessados sempre na socialização política das crianças, dos adolescentes e dos jovens, quando não pela pura dominação da população instruída.

Este silenciamento sutil, está presente quando nos referimos a temática dos povos indígenas, por mais que esteja prescrito na Lei 11.645, de 10 de março de 2008, a

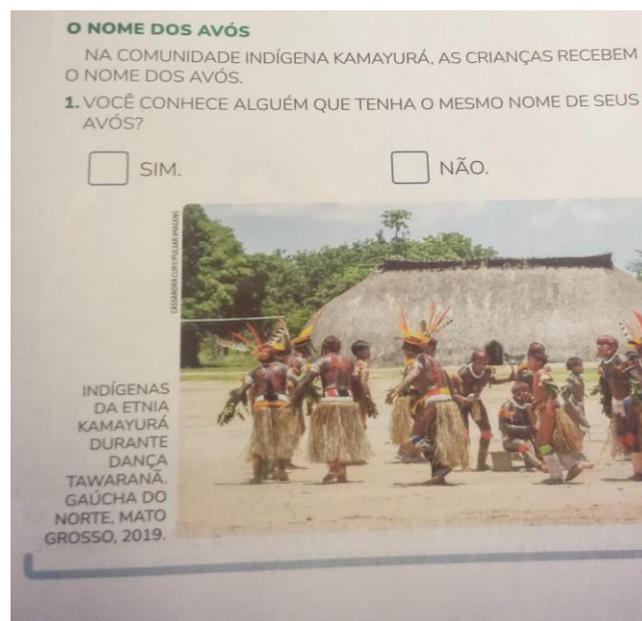
obrigatoriedade o estudo da história e cultura indígena no ensino fundamental e médio, o que se vê é uma precariedade de como é apresentado a temática em sala de aula.

Dessa forma, para o estudo desta pesquisa foi escolhido um livro didático do 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental e ao decorrer da busca foi constatado a insuficiência da temática no livro, onde somente é apresentado imagens de forma breve que são divididas em dois capítulos.

O primeiro capítulo do livro didático, retrata sobre a importância do nome, traz vários exemplos, porém, ao citar os povos indígenas é colocado somente uma pequena introdução sobre a origem dos nomes das crianças e depois questiona se o aluno conhece alguém que tenha o mesmo nome.

Já no segundo capítulo, é retratado sobre os diferentes modelos de escolas, aqui somente é colocado uma foto com legenda, um detalhe importante que se destaca no livro didático é a não utilização do termo índio:

Figura: comunidade indígena Kamayurá



Fonte: Livro Didático de História, 1º ano, editora Bem Me Quer, 2023.

Na figura, é representado a comunidade indígena Kamayurá, na questão somente é colocado como exemplo para explicar superficialmente a tradição da comunidade indígena e depois o aluno é questionado se tem conhecimento de alguma pessoa que tem o mesmo nome dos avós.

Figura 2: escola indígena



Fonte: Livro Didático de História, 1º ano, editora Bem Me Quer, 2023.

A figura mostra a imagem de uma escola indígena, porém, o livro não traz mais explicações sobre a escola, trazendo à tona uma superficialidade sobre a temática indígena nos livros didáticos.

A partir das imagens destacadas, percebemos a superficialidade, isto é, assunto de pouca importância ou profundidade, do tema proposto no livro e como a pouca exploração do tema mostra as limitações que são condicionadas por razões econômicas e ideológicas, ocasionando o impedimento da reflexão e transformando-o em um objeto padronizado, se tornando um instrumento de reprodução de ideologias e do saber imposto pelo Estado, Bittencourt (2002).

Tornando assim, a frequente preocupação sobre a abordagem em sala de aula, se os próprios livros didáticos, que são recursos pedagógicos, não aprofundam sobre as histórias e culturas dos povos indígenas, como os professores vão lecionar sobre o tema? Isso se lecionarem de fato, apresentando a diversidade que contempla as culturas indígenas. Ainda sobre a análise das imagens, percebemos que à tentativa de descontextualizar a apresentação padronizada dos povos originários, pois é expressada mesmo que de forma mínima, uma contextualização na legenda das imagens.

Porém, ainda que de forma mínima se tenha uma representação tanto da escola quanto do registro feito de um determinado momento, o que se percebe é o silenciamento apresentado de forma sutil, porque não dar oportunidade para o professor e seus respectivos alunos se aprofundarem a partir do livro didático, acaba por se tornar apenas um exemplo vago em uma questão de atividade que será respondida de forma superficial.

Ora, se o livro didático é o recurso que irá acompanhar a vida estudantil do aluno, na única referência que se tem sobre o assunto, por que não aprofundar? Este é um questionamento que devemos nos aprofundar e refletir sobre como o Estado ainda silencia as questões envolvendo os povos indígenas, no momento em que se é colocado apenas duas imagens de forma aleatória em um livro, percebemos como ainda há uma defasagem sobre o tema nas instituições escolares.

A PERCEPÇÃO DA PROFESSORA DO 1º ANO ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO

Com o objetivo de conhecer a percepção da professora em relação ao livro didático, sobre a história dos povos indígenas, adotamos como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, com uma professora de 1º ano, anos iniciais, da qual tem 27 anos de experiência em sala de aula. Diante disso, questionamos como as culturas dos povos indígenas foram abordadas na sua formação inicial:

Eu lembro fortemente, tinha muito dessa coisa do 22 de abril, comemorando que Pedro Álvares Cabral descobriu com as caravelas, com aquela coisa toda, onde os livros traziam uma coisa fantasiosa. Anos depois, na fase adulta, começou uma reflexão aprofundada e desmistificando toda essa história que foi passado na infância, que foi realmente um processo invasivo, o que aconteceu com a chegada dos portugueses ao Brasil, de todas as atrocidades cometidas com os povos indígenas, contudo, a figura do índio não era valorizada. (MARIA, entrevista realizada dia 15 de junho de 2023, escola municipal da cidade de Imperatriz).

Nota-se que a professora só começou a fazer sua análise após a fase adulta, pois não foi incentivada a aprender sobre isso quando criança. Ela não mencionou em nenhum momento que isso é discutido na escola ou em sua formação ou formação continuada, o que indica uma fragilidade.

Como podemos avaliar um educador se ele não participou de tais discussões na sua formação? O que se observa é que ela está refletindo sobre sua prática a partir de sua experiência. Segundo Pimenta (1997, p. 48), os saberes da docência e a reflexão sobre a prática são elementos fundamentais para a formação da identidade profissional do professor. Em face do interesse em analisar a percepção de Maria, indagamos como ela percebe a história contada dos povos indígenas, no livro didático:

Os livros didáticos vêm se desmistificando um pouco, mas essa crença ainda é forte, de que os protagonistas são os bandeirantes. No entanto, a organização dos livros didáticos de 1º ano e 2º ano é voltada para a construção da identidade da criança: “quem eu sou?”, “minha família”, “organização familiar”. A história do Brasil começa a ser contada lá no 3º ano, especificamente esse assunto do questionário, começa no 4º ano. Já trabalhei em escola privada e até o 3º ano, não é mencionado sobre os povos indígenas. O índio é visto como um ser invisível no livro didático. Quando ocorre a referência, são classificados de maneira genérica e sem identificação

étnica, sem suas línguas, seus diferentes espaços ou organizações. (MARIA, entrevista realizada dia 15 de junho de 2023, escola municipal da cidade de Imperatriz).

Observamos que aprender sobre os povos indígenas, conhecer a história do próprio país e culturas relacionadas a essa temática, não é um dos objetivos dentro do livro didático de 1º ano, seja qual for a forma de ensino, público ou privado. Apesar de argumentos levantados, ao dizer que até o 3º ano, o foco do livro de história está voltado para aprender sobre o “quem eu sou?”, “minha família”, “organização familiar”, objetivos necessários, mas que não deveriam anular o ensino sobre os povos indígenas desde o início.

Nos causa preocupação em ver que o material didático, que são usados em sala de aula tende a simplificar a imagem do índio, negando a sua diversidade e atualidade, “como se eles fossem todos iguais, pertencentes somente ao passado” Silva e Grupioni (1995. p. 11).

Maria relata que os indígenas são invisíveis no livro didático e quando mencionados, são classificados de maneira equivocadas. A diversidade dos povos indígenas, com suas diferentes línguas, culturas e modos de vida, foi ignorada pelos europeus, que inventaram a ideia de um índio genérico, conforme aponta Freire (2009, p. 9). Em razão disso, perguntamos quais equívocos ela percebe enraizado nos dias atuais:

De que existe uma única cultura, os povos indígenas têm essa diversidade. Confesso que não tenho um conhecimento muito aprofundado sobre a cultura indígena. Outro equívoco que ainda é perceptível, é com relação a prestação de culto do povo indígena, também das crenças da intelectualidade, de que achamos que eles são menos capazes e de que os índios estão em extinção, que por terem privilégios, e terem acesso à tecnologia deixam de ser índios.

(MARIA, entrevista realizada dia 15 de junho de 2023, escola municipal da cidade de Imperatriz)

Freire (2009) demonstra que há muitos equívocos formados ao longa da história, dos quais, ele destaca cinco: o índio genérico; culturas atrasadas; culturas congeladas; pertencem ao passado e; brasileiro não é índio. Dentre estes, é possível reconhecer na fala da professora, todos eles. É crucial que a temática indígena seja incorporada desde o início, tanto nos livros didáticos quanto na prática docente. Isso nos permitirá desfazer e superar os estereótipos que foram criados e perpetuados ao longo dos anos sobre os povos nativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar como os povos indígenas são representados no livro didático de história do 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Vale ressaltar que essa análise não se baseia em julgamentos direcionados para com as autoras do livro em

questão, mas que isso nos deu um parâmetro para analisar como está sendo aplicado o ensino da temática dos povos indígenas em uma escola da rede municipal de Imperatriz.

Observamos que há uma falta de profundidade do tema abordado no livro e como o tema é pouco explorado por razões econômicas e ideológicas, que limitam a possibilidade de reflexão e padronizam o conteúdo, fazendo do livro um meio de reproduzir ideologias e o saber imposto pelo Estado.

Se o livro didático é o principal recurso que o aluno vai usar em sua trajetória escolar, por que não aprofundar o assunto que aparece apenas em uma referência? Esse é um questionamento que nos leva a pensar sobre como o Estado ainda ignora as questões relacionadas aos povos indígenas, quando coloca somente duas imagens sem contexto em um livro, mostrando como o tema é negligenciado nas instituições escolares.

Os resultados da pesquisa mostraram que apesar dos povos indígenas terem conquistado seu espaço, ainda que a passos lentos, no entanto, ainda são retratados de forma breve no livro didático, e que precisam de mais visibilidade e reconhecimento, que por ser livro de 1º ano dos anos iniciais, onde os objetivos de ensino são voltados para a família, o “eu” e a organização familiar, não impede de adicionarem estudos sobre os povos indígenas. Pelo contrário, podem complementar tais objetivos com a temática indígena, exemplificando como são os diferentes tipos de família, de acordo com cada povo. O professor ou professora, pode e deve desde cedo, trabalhar os conhecimentos e ir desmistificando os estereótipos que estão arraigados nas crianças, transmitidos de geração em geração.

As escolas precisam ser avaliadas quanto à aplicação das leis que garantem o ensino da história e cultura dos povos indígenas, fruto da luta do movimento indígena, especialmente a lei menciona neste trabalho. Essa perspectiva multidisciplinar deve estar presente em todos os níveis do Ensino Fundamental e se estender ao Ensino Médio. Somente assim, será possível resgatar a riqueza e a diversidade da trajetória dos povos indígenas e promover a justiça e a igualdade social, econômica e política.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos indígenas e ensino de história:** a lei nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: Barroso, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: Anpuhrs/EST/Exclamação, 2010. p. 151-166.

- BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53.
- BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens.** São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto – Portugal.
- CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura.** Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 77-106.
- Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **5 ideias equivocadas sobre o índio.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.
- GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil.** Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.
- GRUPIONI, Luís Donizeti Benzi; SILVA, Araci Lopes da. **A temática indígena no Brasil.** Brasília: MEC/MARE.1995.
- GONÇALVES, S. C.; DA SILVA, P. A. AS DIFICULDADES DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 E ALGUMAS DE SUAS IMPLICAÇÕES. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], n. 28, 2019. DOI: 10.34019/1981-2140.2018.17447. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17447>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático.** Campinas: UNICAMP, 1984.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor.** Revista de Educação AEC, Brasília, v. 26, n. 104, p. 45-61, jul./set. 1997.
- SZYMANSKI, Heloísa. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro, 2004.
- TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.